

6. Resumo da primeira parte

A exposição feita até aqui exige que retomemos e debatemos os principais pontos apresentados a fim de situá-los em relação à discussão que desenvolveremos. Esse resumo recoloca os temas debatidos com vistas a examinar em que medida nos ajudam a refletir acerca das perguntas (1-3) que orientam essa dissertação.

Alguns temas centrais relativos à filosofia da ciência, que se articulam da maneira como mostramos, foram comentados. Fizemos a escolha, assim, de dar início à nossa exposição retomando a proposta de Dilthey, que chamamos de tradicional, a respeito da distinção, de natureza de objetos de estudo e de metodologia, entre as Ciências da Natureza e as Ciências Humanas. Comentamos igualmente a reação a essa proposta, já no século XX, vinda das fileiras do Círculo de Viena, que, com o projeto de desenvolvimento de uma Filosofia científica, recusa a dicotomia de Dilthey, defendendo um projeto de unificação das ciências de maneira ampla, seja por meio da linguagem, o que é, sobretudo, a visão de Carnap, na qual os construtos teóricos elaborados no âmbito das várias disciplinas científicas, encontrariam expressão por meio de conceitos da Física – e é esta a sua noção de fisicalismo – tomada, assim, como referência fundamental para as demais disciplinas; seja por meio da metodologia, como propõe Feigl, o que permite a elaboração de critérios unitários de comprovação empírica dos resultados propostos, o que foi desenvolvido, dentre outros por Popper. Partimos, com isso, de uma visão dualista das ciências para a proposta de uma

busca de sua unidade. Um dos temas em jogo é se o que Comte chama de ordem humana, ou a especificidade dos fenômenos tratados pelas Ciências Humanas, é passível de se incorporar ao mesmo tipo de tratamento aos fenômenos da natureza.

O debate avança no decorrer do século passado e a discussão permanece com o mesmo pano de fundo. A questão da unificação passou a ser mais explicitamente tratada por meio da tarefa reducionista, desenvolvida, como vimos, a partir do modelo de E. Nagel e de outras contribuições. Observe-se que o próprio fato de se buscar a redução de uma entidade proposta num domínio científico para outra entidade, num domínio científico do mesmo campo ontológico ou de campos ontológicos distintos, implica certas pressuposições que devemos explicitar. Uma delas esbarra na discussão, que também desenvolvemos, acerca de que posição se assume no que concerne às posturas realista ou não realista; as quais são fundamentais em filosofia da ciência e que, como veremos, estará no cerne da nossa discussão sobre a definição dos objetos de estudo das disciplinas linguísticas com as quais nos ocuparemos.

Ora, a tarefa reducionista implica o seguinte trajeto: existem entidades de níveis hierárquicos diferentes e as de nível hierárquico “mais alto” podem ser reduzidas às de nível hierárquico “mais baixo”. Vamos simplificar a discussão, a título de exposição, considerando apenas dois níveis de entidades ou de domínios de propriedades e duas posturas fundamentais. Supondo, assim, que o procedimento de redução tenha sido bem-sucedido, qual estatuto passariam a receber as entidades “mais altas”? Elas deixariam de ser concebidas como instâncias reais do mundo?

Em relação a essa questão, as escolhas seguintes podem ser pensadas: (1) devem ser eliminadas, o que favoreceria, em atenção ao critério padrão da parcimônia, a unificação da ciência; ou (2) subsistem como entidades de pleno direito, ou seja, dispõem de

suas próprias propriedades nomológicas apesar de poderem ser reduzidas a entidades de nível hierárquico “mais baixo”. Uma terceira opção, é verdade, seria supor que a redução, pelo menos no que refere a entidades de domínio ontológico distintos, como propriedades neurofisiológicas e propriedades psicológicas, é inexequível, supondo, nesse caso, que não logramos, na realidade, predizer as propriedades das entidades “mais altas” por meio de sua eventual conexão com entidades “mais baixas”. Trata-se, bem entendido, de um retorno a Dilthey.

A primeira escolha é, como visto, mais claramente adotada no modelo proposto por Oppenheim e Putnam (1980 [1958]), ainda que possa ser discutida qual a posição dos autores acerca da adoção do realismo clássico; o trabalho posterior de Putnam mostra antes um afastamento do realismo pensado em bases tradicionais. A pesquisa desenvolvida por Theurer e Bickle (2013) é talvez a mais ilustrativa da posição exposta em (1) e reflete, como vimos, a posição central adotada nas neurociências atuais. Não parece haver, no entanto, por parte desses últimos, inquietação de natureza ontológica, ou seja, ao acrescentarem a visão de Kemeny e Oppenheim (1956), eximem-se de tomar posição em relação à natureza das entidades que sofreram redução e, conseqüentemente, não se esforçam em elaborar eventuais leis-ponte que estabelecessem as correlações previstas pelo modelo de Nagel. Como dissemos, a escolha pela eventual eliminação das entidades “mais altas”, como formulado em (1), favorece a pressuposição de que apenas as de níveis “mais baixo” são “reais”, o que leva, à primeira vista, à adoção de uma posição realista clássica e à admissão do monismo no sentido de que existe apenas o físico, o que, como vimos, é objeto de debate, sobretudo a respeito, exatamente, da dificuldade de definir o que vem a ser o

físico ou o material⁷⁷. Para Theurer e Bickle (2013), importa a capacidade preditiva gerada pelas propriedades propostas, o que atestaria sua adequação empírica. Essa posição parece adequar-se ao empirismo construtivo de van Fraassen, que, suspendendo o juízo acerca de entidades não observáveis, defende igualmente que basta a adequação empírica dos construtos teóricos.

A escolha (2) supramencionada parece ser considerada, como discutimos, por menos três abordagens: o emergentismo, resgate de ideias de Mill, comentadas por Kim em vários textos; o monismo anômalo de Davidson e o argumento da múltipla realização de Fodor, que está na base da fundamentação do programa cognitivista. Esses três programas não formam evidentemente um conjunto homogêneo. Vamos destacar a seguir apenas que escolhas fazem em relação aos temas que nos serão relevantes.

Na visão emergentista, a eventual redução, por exemplo, de propriedades psicológicas a propriedades neurofisiológicas, ainda que teoricamente possível, torna-se irrelevante, já que as propriedades de “nível superior” adquirem autonomia nomológica. Assim, evita-se a discussão sobre o monismo e, decorrente disso, sobre que postura adotar em relação ao realismo, na medida em que não se aprofunda, até onde conseguimos ver, a natureza da autonomia defendida; não se concebe ou se propõe, por exemplo, que o conjunto de propriedades autônomas de “nível superior” se constitua como uma substância distinta de sua base física. Em relação ao psíquico, por exemplo, sustenta-se, com base na noção de qualia, que a dinâmica dos estados de consciência não é inteiramente explicável por suas correlações neurofisiológicas. Mas o que seriam exatamente esses qualia?

⁷⁷ Essa postura é também conhecida como *materialismo eliminativista* e é adotada, no que concerne ao problema mente/corpo, por Churchland (2004). Chomsky (2000) tem se colocado como um crítico dessa perspectiva teórica.

O monismo anômalo de Davidson defende, como a própria nomeação da proposta deixa claro, a unicidade de substância ao afirmar que também os eventos mentais são também eventos físicos, e, portanto, naturais, embora não se submetam às relações de causalidade, ou seja, não ocorrem de forma previsível a ponto de podermos estabelecer leis de natureza psicofísica. A proposta ainda da superveniência do físico sobre o mental reforça a visão monista e realista, mas, no nosso modo de ver, não esclarece a natureza dos eventos mentais, que permanece em suspenso.

Por último, o argumento da múltipla realização desenvolvido por Fodor, que recusa a correlação de identidades entre propriedades mentais e propriedades físicas no sentido de que um domínio não esgota nomologicamente o outro e fornece fundamentação para o que chamamos de instância intermediária – a instância cognitiva –, modelada com base num sistema lógico-matemático composto de algoritmos. Não se discute sobre o estatuto ontológico dessa instância; a discussão posterior, como daremos mais detalhes adiante, contenta-se com a adequação empírica das propriedades “descobertas”, numa visão que nos parece também exibir alguma compatibilidade com a perspectiva de van Fraassen.

Passemos agora à segunda parte deste livro, na qual faremos o cotejo teórico das duas disciplinas da linguística. Inicialmente, veremos como situá-las em relação à discussão epistemológica desenvolvida até aqui para, em seguida, detalharmos como conceberemos as duas disciplinas diante de nossos objetivos e, por fim, contrastarmos como as duas abordagens analisam o fenômeno da negação.

REVISÃO

Bruna Toso

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos
estudos em linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049